



RELATÓRIO DE GESTÃO

0 – INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei nº 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, referia que durante o ano 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto, os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo e, em 01-01-2020 entrou em vigor por força da Lei do Orçamento de Estado para 2019.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento do Município de Ribeira Grande em 2022, como analisa a sua situação económico-financeira, apresentada em anexo às demonstrações financeiras.

As contas do Município de Ribeira Grande foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.





1 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de Ribeira Grande que incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, a saber:

GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	531 964,00	805 524,17	648 813,20	80,55
1.1.1	Administração geral	328 763,00	622 093,69	474 744,33	76,31
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	203 201,00	183 430,48	174 068,87	94,90
2.	Funções sociais	6 646 470,00	9 098 322,09	8 224 957,99	90,40
2.1.1	Ensino não superior	218 569,00	981 797,65	938 587,02	95,60
2.2.0	Saúde	53 915,00	73 635,05	61 914,85	84,08
2.3.2	Ação social	295 412,00	282 301,87	263 816,10	93,45
2.4.1	Habituação	950 083,00	1 342 282,86	1 337 197,07	99,62
2.4.2	Ordenamento do território	161 646,00	26 799,48	26 011,95	97,06
2.4.3	Saneamento	1 001 433,00	1 756 694,65	1 408 734,00	80,19
2.4.4	Abastecimento de água	641 880,00	467 371,22	430 661,57	92,15
2.4.5	Resíduos sólidos	1 573 389,00	1 215 581,32	1 193 031,84	98,14
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	270 363,00	305 893,40	232 145,77	75,89
2.5.1	Cultura	138 402,00	675 432,46	595 970,40	88,24
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1 179 001,00	1 383 942,63	1 255 796,57	90,74
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	162 377,00	586 589,50	481 090,85	82,01
3.	Funções económicas	3 440 164,00	4 919 030,63	3 654 756,17	74,30
3.2.0	Indústria e energia	367 446,00	313 885,34	289 743,82	92,31
3.3.1	Transportes rodoviários	2 499 908,00	3 621 619,13	2 653 035,60	73,26
3.4.1	Mercados e feiras	2 298,00	13 106,01	13 106,01	100,00
3.4.2	Turismo	332 914,00	670 744,57	536 800,28	80,03
3.5.0	Outras Funções Económicas	237 598,00	299 675,58	162 070,46	54,08
4.	Outras funções	1 465 396,00	1 507 896,00	1 507 894,74	100,00
4.2.1	Transferência entre administrações	1 465 396,00	1 507 896,00	1 507 894,74	100,00
TOTAL		12 083 994,00	16 330 772,89	14 036 422,10	85,95

Atingiu-se um índice de execução de 85,95% e a taxa de execução física das Grandes Opções do Plano em termos de faturação, é de **85,95%**.

Funções Gerais – Objetivo 1

Administração geral e Proteção civil e luta contra incêndios

Em 2022 investiu-se 186 649,00 euros na conservação e beneficiação do património municipal e 87 906,78 euros em software informático, numa clara aposta de desmaterialização de processos, mas também no reforço da proteção dos dados informáticos. Neste aspeto, a autarquia tem sido uma referência no que toca à implementação de mecanismos de identificação e bloqueio de acessos remotos ao sistema informático.

Na proteção civil e luta contra incêndios destaque para o apoio ao plano anual de atividades da associação humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, no valor global de 130.000 euros, um aumento em cerca de 15.000 euros face ao ano anterior.





Funções Sociais – Objetivo 2

Ensino não superior

Em 2022 foram investidos 938 587,02 euros, um acréscimo em cerca de 180.000 euros face ao ano anterior. Nessa área destaca-se o contrato programa com a Cooperativa de ensino A Ponte Norte, no valor de 640.000 euros, para fazer face aos custos inerentes ao ensino profissional no concelho, mas também que serviram para implementar projetos educativos estruturantes, como são os casos: rede municipal de ATL's; projeto sala extra; educação musical e expressão dramática.

Por outro lado continuou-se a beneficiar os imóveis afetos ao ensino no concelho, como foram os casos das escolas do primeiro ciclo D. Paulo José Tavares em Rabo de Peixe, na Maia e nas Calhetas.

Realce para a implementação dos projetos do Orçamento Participativo Jovem, vertente escolar, nomeadamente nas escolas: Secundária, EBI Maia e António Augusto Mota Frazão no Pico da Pedra.

Saúde

Apesar das medidas restritivas da pandemia terem sido abolidas a partir do 2º trimestre de 2022, a autarquia contabilizou 61 914,85 euros nessa área, nomeadamente ao nível da aquisição de produtos de higiene, vigilância e transferências para instituições sem fins lucrativos.

Ação Social

Durante o ano de 2022 foram investidos 263 816,10 euros, onde se destaca o programa "Habitação Degradada" e "Fundo de Emergência Social" totalizando cerca de 126 000 euros. A atribuição de bolsas de estudo ascendeu aos 124 284,39 euros, o valor mais alto de sempre.

Habitação

Em 2022 foram investidos 1 337 197,07 euros. Apesar do maior do valor fazer face à locação financeira de habitações sociais (885 074,82 euros), a autarquia adquiriu um terreno (280.000 euros) na zona das Quintas do Mar, em Rabo de Peixe, com a finalidade de promover a construção de habitação acessível, num protocolo com a Cooperativa de Habitação Nossa Vila Nossa Casa.

Saneamento e abastecimento de Água

Em 2022 foram contabilizados 1 408 734,00 euros no reforço do abastecimento de água à população e na melhoria da rede de saneamento básico. Destaque para a empreitada que irá permitir tratar as águas da cidade na ETAR, cujo valor investido em 2022 foi de 1 254 926,96 euros e a construção de um reservatório de água nas Calhetas.

Resíduos Sólidos

Durante o ano de 2022 a autarquia pagou 1 193 031,84 euros na área dos resíduos sólidos, sendo que praticamente a totalidade dessa verba destinou-se ao serviço de recolha urbana e ao depósito em aterro.





Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

Foram investidos 232 145,77 euros em 2022, destacando-se a manutenção dos trilhos pedestres municipais (111 881,22 euros); a inauguração do Centro Interpretativo da Geotermia e as ações da Casa dos Animais – Centro de Recolha Oficial.

Cultura

Após tempos conturbados devido às restrições impostas pela pandemia, a autarquia teve a preocupação de sentir o pulso às suas instituições culturais e incentivando-as a retomarem as suas atividades culturais.

É por isso que foram investidos 595 970,40 euros nessa área, destacando-se as transferências em cerca de 480 000 euros, bem como a implementação do projeto “Biblioteca sobre rodas” e a nova museografia do Museu da Emigração.

No Teatro Ribeiragrandense foram investidos cerca de 47 000 euros no seu plano de atividades.

Desporto, Recreio e Lazer

De um total de 1 255 796,57 euros investidos em 2022, destaque para as obras no estádio municipal, nomeadamente ao nível da substituição do relvado sintético (cerca de 220 000 euros) e para a inauguração da primeira fase do campo de jogos do Bom Jesus, em Rabo de Peixe (323 561,71 euros).

Os apoios aos clubes desportivos (416 124 euros) e o apoio a eventos desportivos (cerca de 170 000 euros) revelam a sensibilidade deste executivo para dinamizar o concelho e manter em atividade as instituições desportivas.

Outras Atividades Cívicas e Religiosas

O apoio a entidades sem fins lucrativos, como as filarmónicas, os escuteiros e as IPSS's têm merecido especial atenção deste executivo camarário.

Em 2022 foram transferidos cerca de 380 000 euros a essas entidades, tendo, por isso, sido um importante contributo para que continuem a desenvolver as suas atividades.

Funções Económicas – Objetivo 3

Indústria e energia

A autarquia investiu, em 2022, cerca de 265 000 euros na eficiência energética de edifícios municipais, nomeadamente com a aquisição e montagem de painéis fotovoltaicos e respetivos acumuladores de energia, como forma de diminuir a fatura energética.

Transportes rodoviários

Com um total realizado que superou os 2 650 000 euros, em 2022 investiu-se nas repavimentações de vias municipais (cerca de 1 180 000 euros), na construção de parques de





estacionamento (cerca de 230 000 euros), mas também na requalificação de vias, como foi o caso da primeira fase do alargamento do caminho da Tondela (335 612,41 euros).

Turismo

Após as restrições impostas pela pandemia, a autarquia optou por dinamizar a economia local através de eventos que trouxeram milhares de pessoas ao concelho.

A festa da Flor, as festas da Cidade, a Feira Quinhentista e os festivais de verão, fizeram com que a cidade e o concelho voltasse a ter a dinâmica que tinha antes da pandemia.

Para além do montante investido nesses eventos (518 228,05 euros), deu-se início a uma campanha de atração de Nómadas Digitais (15 892 euros).

Outras Funções Económicas

Ao longo de 2022 investiu-se cerca de 160 000 euros na adaptação do antigo matadouro numa incubadora de base local. Trata-se de uma obra que se pretende concluir até final do primeiro semestre de 2023 e ser um polo aglutinador de novos projetos de investimento, mas também ser a porta de entrada para Nómadas Digitais.

Outras Funções – Objetivo 4

Transferências entre Administrações

Em 2022 foram transferidos para as juntas de freguesia 1 507 894,74 euros, um dos valores mais elevados de sempre.





1.1.1 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2022, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes aos investimentos programados e executados em cada um dos grandes setores estruturais, a saber:

INVESTIMENTOS POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
		€	€	€	%
1.	Funções gerais	396 964,00	658 301,16	503 771,69	76,53
1.1.1	Administração geral	308 763,00	604 870,68	459 702,82	76,00
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	88 201,00	53 430,48	44 068,87	82,48
2.	Funções sociais	3 879 123,00	4 690 156,00	4 115 374,20	87,74
2.1.1	Ensino não superior	44 355,00	138 370,89	135 080,75	97,62
2.2.0	Saúde	5,00	725,36	720,36	99,31
2.3.2	Ação social	1,00	1,00	0,00	0,00
2.4.1	Habituação	935 083,00	1 333 596,80	1 332 021,14	99,88
2.4.2	Ordenamento do território	161 646,00	26 799,48	26 011,95	97,06
2.4.3	Saneamento	949 624,00	1 715 375,72	1 377 409,19	80,30
2.4.4	Abastecimento de água	620 047,00	453 355,08	416 909,34	91,96
2.4.5	Resíduos sólidos	312 172,00	21 037,42	19 947,01	94,82
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	95 813,00	110 263,25	76 241,69	69,15
2.5.1	Cultura	75 000,00	78 672,04	70 672,20	89,83
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	658 001,00	753 344,13	639 601,07	84,90
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	27 376,00	58 614,83	20 759,50	35,42
3.	Funções económicas	3 103 666,00	4 225 669,81	3 117 380,11	73,77
3.2.0	Indústria e energia	367 446,00	313 885,34	289 743,82	92,31
3.3.1	Transportes rodoviários	2 490 172,00	3 579 013,08	2 635 867,59	73,65
3.4.1	Mercados e feiras	2 298,00	13 106,01	13 106,01	100,00
3.4.2	Turismo	6 664,00	22 481,80	18 572,23	82,61
3.5.0	Outras Funções Económicas	237 086,00	297 183,58	160 090,46	53,87
TOTAL		7 379 753,00	9 574 126,97	7 736 526,00	80,81

Atingiu-se o índice de execução de 80,81% e a taxa de execução física dos Investimentos em termos de faturação em **80,81%**.

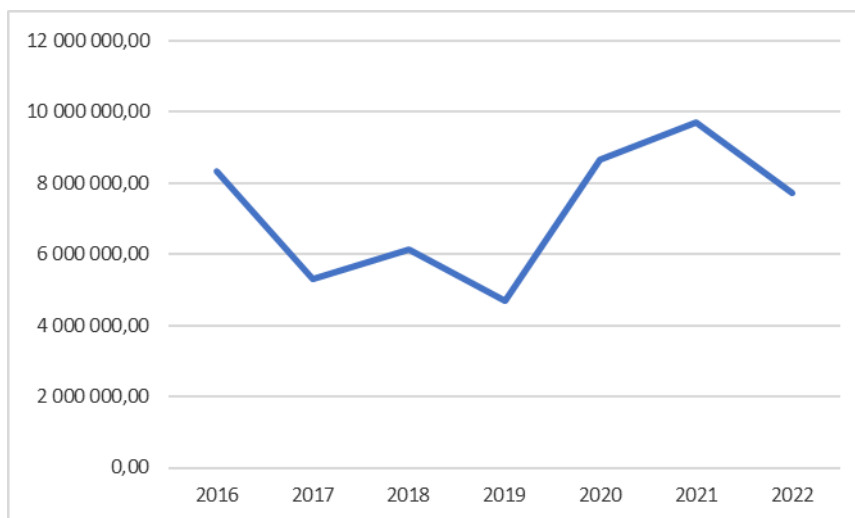
EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS

Designação	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	€	€	€	€	€	€	€
Investimento pago	8 321 490,08	5 315 682,10	6 140 769,49	4 680 349,81	8 664 359,41	9 714 333,66	7 736 526,00





EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Os valores expressos refletem um decréscimo do investimento de 20,36% em relação a 2021, **atingindo em 2022, o valor de 7,7 milhões de euros.**

1.1.2 – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Na Execução Anual das Atividades mais relevantes, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2022, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes às atividades programadas e executadas em cada um dos grandes setores estruturais:

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR SETORES ESTRUTURAIS

Código	Classificação Funcional	Montante previsto		Montante executado	
		Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1.	Funções gerais	135 000,00	147 223,01	145 041,51	98,52
1.1.1	Administração geral	20 000,00	17 223,01	15 041,51	87,33
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	115 000,00	130 000,00	130 000,00	100,00
2.	Funções sociais	2 767 347,00	4 408 166,09	4 109 583,79	93,23
2.1.1	Ensino não superior	174 214,00	843 426,76	803 506,27	95,27
2.2.0	Saúde	53 910,00	72 909,69	61 194,49	83,93
2.3.2	Ação social	295 411,00	282 300,87	263 816,10	93,45
2.4.1	Habitação	15 000,00	8 686,06	5 175,93	59,59
2.4.3	Saneamento	51 809,00	41 318,93	31 324,81	75,81
2.4.4	Abastecimento de água	21 833,00	14 016,14	13 752,23	98,12
2.4.5	Resíduos sólidos	1 261 217,00	1 194 543,90	1 173 084,83	98,20
2.4.6	Proteção do meio ambiente e proteção da natureza	174 550,00	195 630,15	155 904,08	79,69
2.5.1	Cultura	63 402,00	596 760,42	525 298,20	88,02
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	521 000,00	630 598,50	616 195,50	97,72
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	135 001,00	527 974,67	460 331,35	87,19
3.	Funções económicas	336 498,00	693 360,82	537 376,06	77,50
3.3.1	Transportes rodoviários	9 736,00	42 606,05	17 168,01	40,29
3.4.2	Turismo	326 250,00	648 262,77	518 228,05	79,94
3.5.0	Outras Funções Económicas	512,00	2 492,00	1 980,00	79,45
4.	Outras funções	1 465 396,00	1 507 896,00	1 507 894,74	100,00
4.2.1	Transferência entre administrações	1 465 396,00	1 507 896,00	1 507 894,74	100,00
TOTAL		4 704 241,00	6 756 645,92	6 299 896,10	93,24





Atingiu-se o valor de 93,24% e uma taxa de execução física das Atividades Mais Relevantes em termos de faturação de **93,25%**.

1.2 – ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se no anexo a este relatório, os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

1.2.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

1.2.1.1 – RECEITAS CORRENTES

Composição	Executado* 2021	Previsto 2022		Executado* 2022	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
1 Impostos Diretos	4 047 126,54	4 076 696,00	3 910 440,62	4 825 520,41	123,401
2 Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
4 Taxas, Multas Outras Penalidades	209 424,56	157 881,00	202 683,82	236 259,52	116,566
5 Rendimentos de Propriedade	531 820,45	462 869,00	546 555,33	554 000,76	101,362
6 Transferências Correntes	11 414 247,31	11 363 161,00	12 251 351,00	12 199 657,70	99,578
7 Venda Bens e Serviços Correntes	4 323 954,96	4 340 464,00	4 461 916,56	4 603 541,50	103,174
8 Outras Receitas Correntes	234,50	1 137,00	1 137,00	194,77	17,130
Total das Receitas Correntes	20 526 808,32	20 402 208,00	21 374 084,33	22 419 174,66	104,890

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira das autarquias, já que se trata de um fluxo monetário estável.

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os Impostos Diretos, as Transferências Correntes e a Venda de Bens e Serviços Correntes que representam 96,47% das Receitas Correntes.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas brutas é de 104,890%.

O índice de execução atingido das receitas correntes cobradas líquidas é de **103,109%**.

De 2021 para 2022 o valor das receitas correntes aumentou 9,22%. Este aumento verifica-se essencialmente nos Impostos Diretos (2021: 4 047 126,54 euros; 2022: 4 825 520,41 euros), nas Taxas, multas e outras penalidades (2021: 209 424,56 euros; 2022: 236 259,52 euros), nos Rendimentos de Propriedade (2021: 531 820,45 euros; 2022: 554 000,76 euros), nas Transferências correntes (2021: 11 414 247,31 euros; 2022: 12 199 657,70 euros), e na Venda de bens e serviços correntes (2021: 4 323 954,96 euros; 2022: 4 603 541,50 euros).

A inexistência de impostos indiretos em 2022, resulta da aplicação da FAQ 39 CNC, que originou a passagem dos valores das dotações das rubricas 02 Impostos Indiretos para as rubricas 04 Taxas, Multas e Outras Penalidades, através da 1ª revisão ao Orçamento da Receita de 2020.





1.2.1.2 – RECEITAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2021	Previsto 2022		Executado* 2022	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
9 Venda Bens Investimento	65 063,73	42 125,00	42 125,00	47 730,98	113,308
10 Transferências de Capital	3 077 369,87	2 555 270,00	1 875 813,68	1 493 679,20	79,628
11 Ativos Financeiros	0,00	2,00	6 632,85	6 631,85	99,985
12 Passivos Financeiros	1 596 051,15	0,00	0,00	0,00	0,000
13 Outras Receitas de Capital	0,00	149 395,00	149 395,00	546,40	0,366
Total das Receitas de Capital	4 738 484,75	2 746 792,00	2 073 966,53	1 548 588,43	74,668

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

As Transferências de Capital, que perfazem 96,45% das Receitas de Capital, resultam, fundamentalmente, das Transferências do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro), e da Região Autónoma dos Açores (Contratos ARAAL).

O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas brutas é de 74,668%.
O índice de execução atingido das receitas de capital cobradas líquidas é de **74,544%**.

De 2021 para 2022 o valor das receitas de capital diminuiu 67,32%. Esta diminuição verifica-se essencialmente nas Transferências de Capital (2021: 3 077 369,87 euros; 2022: 1 493 679,20 euros), em especial nas Transferências do PO Açores 2014-2020, nos Passivos Financeiros (2021: 1 596 051,15 euros; 2022: 0,00 euros).

1.2.1.3 – OUTRAS RECEITAS

Composição	Executado* 2021	Previsto 2022		Executado* 2022	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	18 114,16	21 140,00	65 999,91	84 087,92	127,406
Total de Reposições não abatidas	18 114,16	21 140,00	65 999,91	84 087,92	127,406

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido das reposições não abatidas nos pagamentos é de 127,406 %.





Composição	Executado* 2021	Previsto 2022		Executado* 2022	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
16 Saldo da gerência anterior	4 477 294,92	0	4 477 907,05	4 477 907,05	100,000
Total Saldo da Gerência Anterior	4 477 294,92	0	4 477 907,05	4 477 907,05	100,000

*Nota: Executado = Receitas Cobradas Brutas.

O índice de execução atingido é de 100,000%.

De 2021 para 2022 o valor do saldo da gerência anterior aumentou 0,01% (2021: 4 477 294,92 euros; 2022: 4 477 907,05 euros).

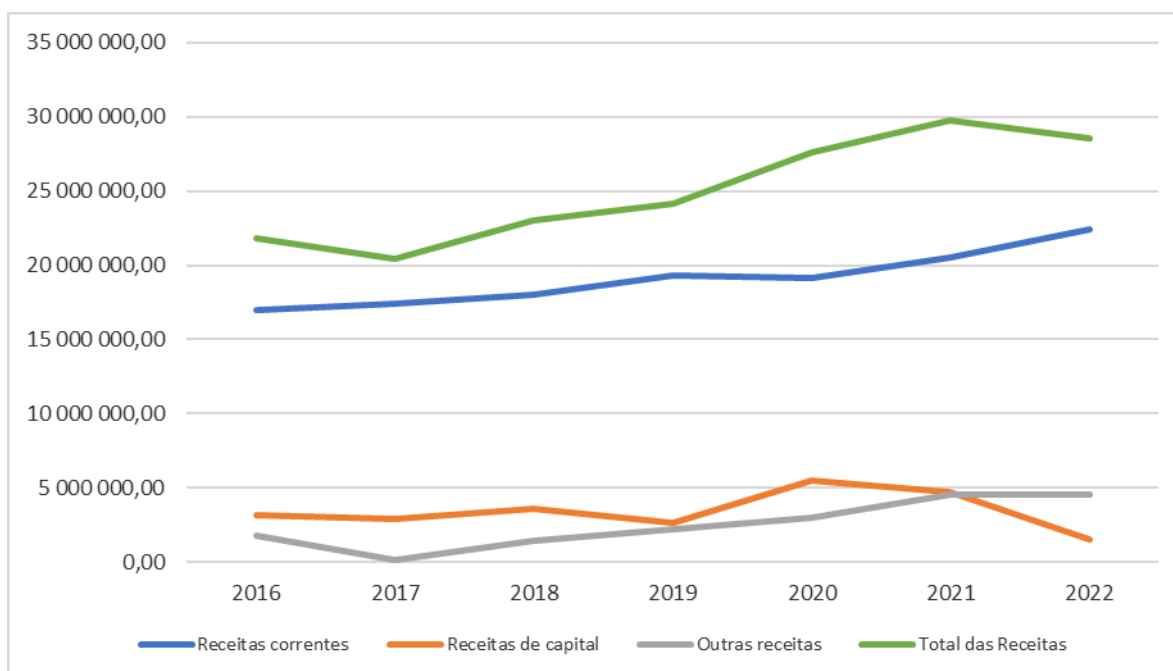
1.2.1.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Designação	2016 €	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €	2022 €
Receitas correntes	16 942 806,32	17 400 853,73	17 985 041,01	19 330 540,89	19 127 741,62	20 526 808,32	22 419 174,66
Receitas de capital	3 117 124,14	2 916 596,13	3 618 709,09	2 646 848,44	5 465 188,41	4 738 484,75	1 548 588,43
Outras receitas	1 788 822,42	88 954,25	1 385 706,35	2 212 751,83	3 015 769,02	4 495 409,08	4 561 994,97
Total das Receitas	21 848 752,88	20 406 404,11	22 989 456,45	24 190 141,16	27 608 699,05	29 760 702,15	28 529 758,06





EVOLUÇÃO DAS RECEITAS



O índice de execução das receitas atingido é de **100,552%**.

1.2.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

1.2.2.1– DESPESAS CORRENTES

Composição	Executado* 2021	Previsto 2022		Executado* 2022	
	Valor €	Inicial €	Final €	Valor €	Coef. %
1 Despesas com o Pessoal	6 133 905,51	6 668 398,00	6 855 699,70	6 509 835,31	94,955
2 Aquisição Bens e Serviços	3 812 033,82	4 212 205,00	4 445 725,63	3 754 292,06	84,447
3 Juros e Outros Encargos	516 747,62	492 688,00	495 988,72	487 305,36	98,249
4 Transferências Correntes	1 374 406,83	1 073 193,00	1 276 881,58	1 173 866,35	91,932
5 Subsídios	462 700,00	0,00	640 000,00	640 000,00	0,000
6 Outras Despesas Correntes	166 067,55	256 003,00	282 276,12	262 346,99	92,940
Total Correntes	12 465 861,33	12 702 487,00	13 996 571,75	12 827 646,07	91,648

As Despesas Correntes têm um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, verificando-se um aumento do seu valor (+2,9%).

Como se pode verificar, as Despesas com o Pessoal, acusaram um peso de 26,30% no Total da Despesa e a Aquisição de Bens e Serviços influenciaram as Despesas Totais em 15,17%.

O índice de execução atingido é de **91,648%**.





1.2.2.2 – DESPESAS DE CAPITAL

Composição	Executado* 2021	Previsto 2022		Executado* 2022	
	Valor	Inicial	Final	Valor	Coef.
	€	€	€	€	%
7 Aquisição de Bens de Capital	9 714 333,66	7 379 753,00	9 574 126,97	7 736 526,00	80,807
8 Transferências de Capital	1 755 203,77	1 696 488,00	2 658 780,40	2 569 095,32	96,627
9 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
10 Passivos Financeiros	969 083,76	1 065 162,00	1 114 215,93	1 098 362,59	98,577
11 Outras Despesas de Capital	279 379,20	326 250,00	648 262,77	518 228,05	79,941
Total Despesas de Capital	12 718 000,39	10 467 653,00	13 995 386,07	11 922 211,96	85,187

As Despesas de Capital justificam-se, fundamentalmente, pelo engrandecimento dos investimentos efetuados na gerência e pelos passivos financeiros (amortização de empréstimos bancários).

O índice de execução atingido é de **85,187%**.

De 2021 para 2022 o valor das despesas de capital diminuiu 6,26%.

Face ao significado da parcela dos Investimentos, importa referir que o seu montante representa 31,26% da totalidade da despesa e 64,89% das despesas de capital.

1.2.2.3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

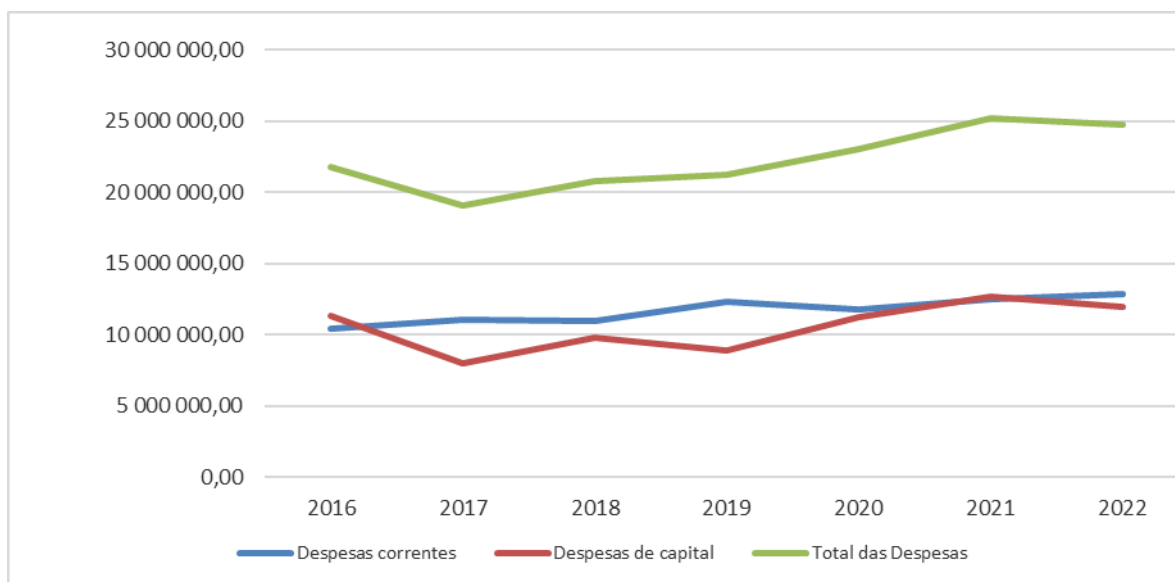
Apresentar-se-á, de seguida, a evolução das Despesas Correntes e de Capital.

Designação	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	10 432 993,53	11 024 255,30	10 980 240,40	12 324 685,02	11 819 120,85	12 465 861,33	12 827 646,07
Despesas de capital	11 335 030,80	8 014 205,00	9 827 492,52	8 891 852,10	11 232 821,68	12 718 000,39	11 922 211,96
Total das Despesas	21 768 024,33	19 038 460,30	20 807 732,92	21 216 537,12	23 051 942,53	25 183 861,72	24 749 858,03





EVOLUÇÃO DAS DESPESAS



O índice de execução das despesas atingido é de 88,417%.

1.2.3 – ANÁLISE GLOBAL

1.2.3.1 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL

As Receitas e as Despesas, Correntes e de Capital, apresentam a seguinte estrutura:

Considerando as Receitas Correntes Brutas:

Descrição	Valor executado	%
Receitas Correntes Brutas	22 419 174,66	93,21
Receitas de Capital	1 548 588,43	6,44
Receitas Outras	84 087,92	0,35
TOTAL DA RECEITA	24 051 851,01	100,00
Despesas Correntes	12 827 646,07	51,83
Despesas de Capital	11 922 211,96	48,17
TOTAL DA DESPESA	24 749 858,03	100,00





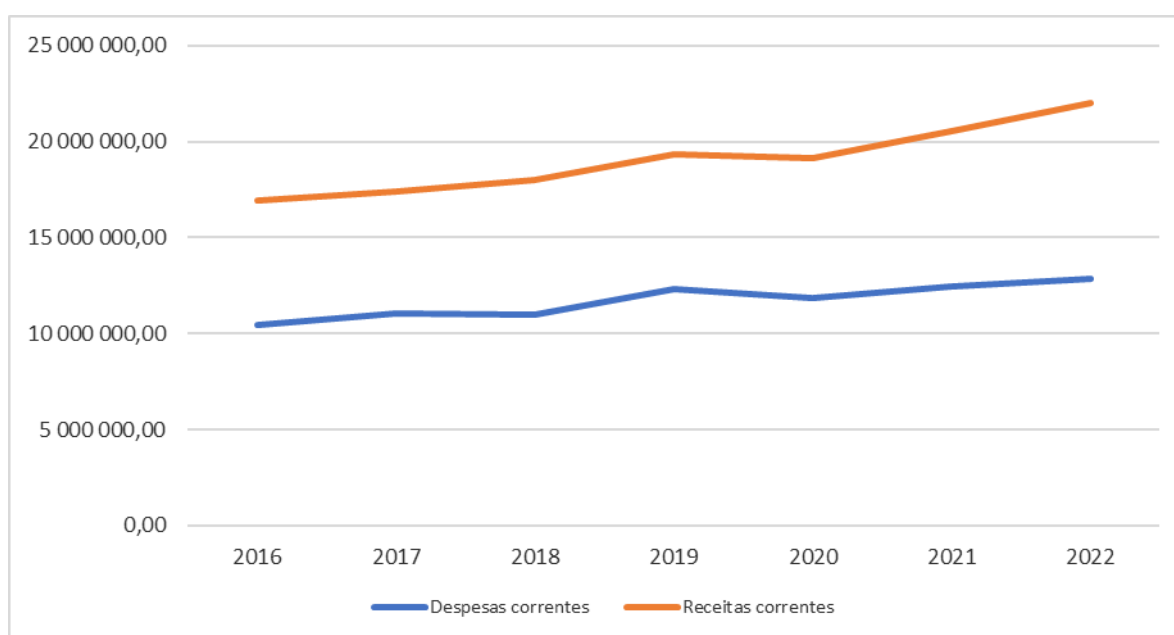
Considerando as Receitas Correntes Líquidas de Reembolsos:

Descrição	Valor	%
Receitas Correntes de Reembolsos	22 038 540,62	93,11
Receitas de Capital	1 546 023,56	6,53
Receitas Outras	84 087,92	0,36
TOTAL DA RECEITA	23 668 652,10	100,00
Despesas Correntes	12 827 646,07	51,83
Despesas de Capital	11 922 211,96	48,17
TOTAL DA DESPESA	24 749 858,03	100,00

O aspeto mais relevante que se extrai da estrutura orçamental é o facto das **receitas correntes superarem as despesas correntes em 9 210 894,55 euros, suportando, desta forma, uma parcela significativa dos investimentos.**

Designação	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	€	€	€	€	€	€	€
Despesas correntes	10 432 993,53	11 024 255,30	10 980 240,40	12 324 685,02	11 819 120,85	12 465 861,33	12 827 646,07
Receitas correntes	16 942 806,32	17 400 853,73	17 985 041,01	19 330 540,89	19 127 741,62	20 526 808,32	22 038 540,62

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES



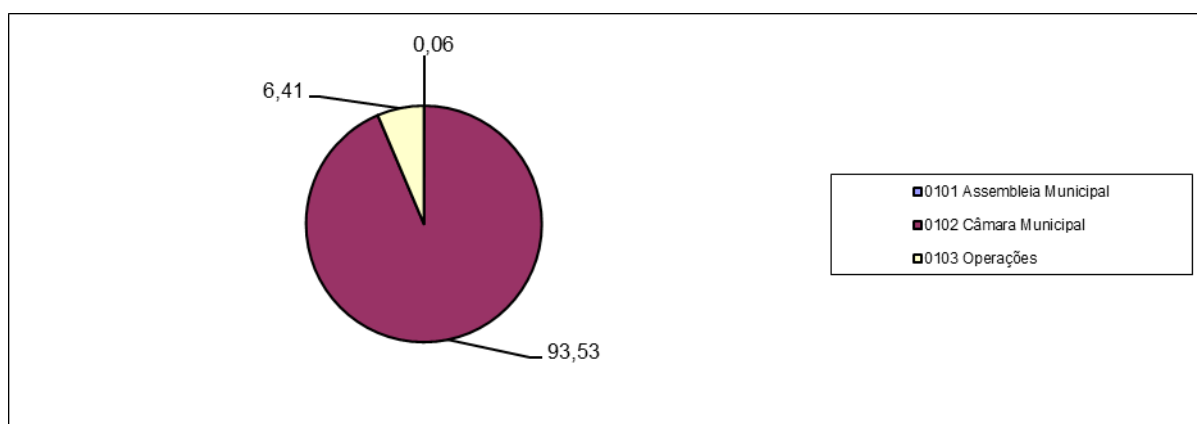


1.2.3.2 – REPARTIÇÃO POR ORGÃOS

Importa, ainda, referir que a utilização dos fundos da autarquia é efetuada pelos vários órgãos, as quais geram orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo, com vista a um melhor aproveitamento dos recursos.

Em 2022, a dimensão da intervenção de cada Órgão pode observar-se no seguinte diagrama:

Composição	Valor executado €	%
0101 Assembleia Municipal	15 519,33	0,06
0102 Câmara Municipal	23 148 670,75	93,53
0103 Operações Financeiras	1 585 667,95	6,41
Total	24 749 858,03	100,00



1.2.3.3 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Tendo em atenção a natureza dos fluxos monetários registados ao longo de 2022, verificou-se um saldo para a gerência seguinte de 4.477.907,05 euros.

EVOLUÇÃO DO SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

Designação	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	€	€	€	€	€	€	€
Saldo para a gerência seguinte	80 728,55	1 367 943,81	2 181 723,53	2 973 604,04	4 477 294,92	4 477 907,05	3 396 701,12







2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base no acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

2.1 - BALANÇO

2.1.1 – ATIVO

Em 2022 o ativo do Município de Ribeira Grande atingiu os 177 milhões de euros o que significa um aumento de 1,4 milhões de euros face ao ano anterior (+0,83%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo:

Componentes do Ativo	2022	2021	Variação 2022/2021
Ativos fixos tangíveis	164 850 149,88	163 054 300,36	1,10%
Propriedades de investimento	1 222 878,02	1 214 868,99	0,66%
Ativos intangíveis	1 400 956,44	1 377 368,96	1,71%
Participações financeiras	915 539,88	915 250,67	0,03%
Ativo não corrente	168 389 524,22	166 561 788,98	1,10%
Inventários	592 040,68	546 211,52	8,39%
Devedores p/transf. E subsídios não reembolsáveis recebidos	618 342,00	150 263,63	311,50%
Clientes, contribuintes e utentes	951 162,88	796 092,25	19,48%
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	2 942 408,49	2 894 069,70	1,67%
Diferimentos	12 006,67	20 102,35	-40,27%
Caixa e depósitos	3 498 460,46	4 575 377,44	-23,54%
Ativo corrente	8 614 421,18	8 982 116,89	-4,09%
Total do Ativo	177 003 945,40	175 543 905,87	0,83%

Os ativos fixos tangíveis representam 93,13% do total do ativo e registaram uma subida de 1,7 milhões de euros. Este aumento deve-se sobretudo a obras realizadas.

As dívidas de terceiros representam 2,55% do ativo e tiveram um aumento de 17,48%. As dívidas de terceiros, incluem os créditos sobre utentes de rendas de habitações sociais, de ocupação do mercado municipal e Parque Industrial, de utentes de águas, e de transferências do Governo Regional quanto aos contratos ARAAL que foram celebrados com a Direção Regional de Habitação, estando em dívida os valores do 1º e 2º semestre de 2022 do Contrato ARAAL do Serviço da Dívida.

A rubrica do Ativo "Outras contas a receber" que totaliza 2 942 408,49 euros, inclui 2 343 804,86 euros dos devedores por acréscimos de IMI, 578 916,13 euros de outros acréscimos de rendimentos e 19 687,50 euros de devedores pela venda de património.

Os diferimentos ascendem a 12 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se uma diminuição relativamente ao ano anterior.





O saldo de disponibilidades diminui de 4 575 377,44 euros em 2021 para 3 498 460,46 euros em 2022.

2.1.2 – PASSIVO

Em relação ao passivo, o Município de Ribeira Grande fechou o ano com um valor de 21,31 milhões de euros, sendo constituído em 85,21% por passivo não corrente e em 14,79% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Componentes do Passivo	2022	2021	Variação 2022/2021
Provisões	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	18 161 954,10	19 944 808,46	-8,94%
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00%
Passivo não corrente	18 161 954,10	19 944 808,46	-8,94%
Credores p/transf. E subsídios não reembolsáveis concedidos	28,78	0,00	100,00%
Fornecedores	0,00	125 260,54	-100,00%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	191 072,40	85 148,69	124,40%
Financiamentos obtidos	1 745 482,64	1 946 065,69	-10,31%
Fornecedores de investimento	500,00	154 460,59	-99,68%
Outras contas a pagar	1 214 647,12	1 157 979,99	4,89%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00%
Passivo corrente	3 151 730,94	3 468 915,50	-9,14%
Total do Passivo	21 313 685,04	23 413 723,96	-8,97%

Comparando com o período homologado, o total do passivo teve uma variação negativa de 8,97% que resulta da diminuição dos financiamentos obtidos (empréstimos bancários e locações financeiras).

A dívida a terceiros dos empréstimos bancários diminuiu 1 098 362,59 euros (2021: 11 118 947,82 euros; 2022: 10 020 585,23 euros). A dívida das locações financeiras que surgiu pela primeira vez no balanço de 2020 devido à introdução dos 3 contratos de arrendamento com opção de compra por terem sido considerados contratos locação financeira pela NCP 6 do novo normativo contabilístico SNC-AP, diminuiu 852.180,17 euros (2021: 10 771 926,33 euros; 2022: 9 886 851,51 euros).

A dívida a terceiros de médio e longo prazo dos financiamentos obtidos inclui 9 177 878,91 euros de empréstimos bancários e 8 984 075,19 euros de locações financeiras.

A dívida a terceiros de curto prazo (dívida que se vence em 2023) dos financiamentos obtidos inclui 842 706,32 euros de empréstimos bancários e 902 776,32 euros de locações financeiras.

A rubrica de fornecedores e a rubrica de fornecedores de investimento tiveram uma diminuição de 100% e 99,68%, respetivamente.

No final do ano 2022, a dívida ao FAM era de 0,00 euros.





A rubrica do Passivo "Outras contas a pagar" que totaliza 1 214 647,12 euros, inclui 1 111 182,93 euros de credores por acréscimos de gastos; 101 759,34 euros de cauções pelo fornecimento de imobilizado; 1 236,93 euros de Sindicatos; 443,40 de penhoras judiciais, 24,52 euros da ATAM.

2.1.3 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Os Fundos Próprios /Património Líquido passaram a totalizar 155,7 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 3,5 milhões de euros relativamente ao ano anterior. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Componentes do Património Líquido	2022	2021	Variação 2022/2021
Património/Capital	32 020 109,66	32 020 109,66	0,00%
Reservas	12 445 940,85	12 445 940,85	0,00%
Resultados transitados	48 777 909,22	46 331 701,57	5,28%
Ajustamentos em ativos financeiros	-502,26	-502,26	0,00%
Outras variações no Património Líquido	59 127 091,96	58 886 724,44	0,41%
Resultado líquido do período	3 319 710,93	2 446 207,65	35,71%
Total do Património Líquido	155 690 260,36	152 130 181,91	2,34%

O crescimento ocorrido foi motivado por:

- Resultados Transitados, que inclui a aplicação do resultado líquido do exercício de 2021, no valor de 2 446 207,65 euros;
- Doações de parcelas de terreno para a via pública, no valor de 242 euros;
- Diminuição das transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables, no valor de 1 715 821,27 euros;
- Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables, no valor de 419 993,21 euros;
- Outras transferências e subsídios de capital, no valor de 1 535 953,58 euros. Não ocorreram afetações de verbas a ativos depreciables pelo facto de o Município não conseguir fazer prova das afetações;
- Aumento do Resultado Líquido do exercício em 873 503,28 euros.





2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido ascende a cerca de 3,3 milhões de euros, verificando-se um aumento face ao ano anterior de 873 503,28 euros. Os rendimentos em 2022 foram de 24,2 milhões de euros para um nível de gastos de 20 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 7,89 % dos rendimentos e um aumento de 4,49 % dos gastos.

2.2.1 - GASTOS

Efetuada uma análise aos gastos de 2022, podemos concluir que houve um aumento de 899 843,00 euros face a 2021.

Gastos	2022	2021	Varição 2022/2021
Transferências e subsídios concedidos	3 455 018,29	3 153 225,84	9,57%
CMVMC	480 310,70	468 990,00	2,41%
FSE	4 886 418,63	4 549 050,45	7,42%
Gastos com o pessoal	6 639 394,34	6 236 032,71	6,47%
Gastos de depreciações e de amortização	4 564 794,49	4 430 348,71	3,03%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	22 435,21	-100,00%
Perdas por imparidade	35 772,38	71 394,06	-49,89%
Provisões do período	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	347 127,64	571 765,17	-39,29%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	510 416,73	516 168,05	-1,11%
Total dos Gastos	20 919 253,20	20 019 410,20	4,49%

As transferências e subsídios concedidos tiveram um aumento de 9,57% comparativamente com 2021, resultado da política social do executivo.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (23,36%) e os gastos com o pessoal (31,74%).

Comparativamente com o período de 2021, os fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de 7,42% devido essencialmente ao aumento da taxa de inflação.

Os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 6,47% devido essencialmente à entrada de 8 Técnicos Superiores, 6 Assistentes Técnicos e 7 Assistentes Operacionais.

As amortizações do exercício tiveram um aumento de 3,03% em relação a 2021.

Os gastos e perdas por juros e outros encargos tiveram uma diminuição de 1,11% devido à diminuição dos juros de locação financeira dos 3 contratos de arrendamento com opção de compra (89 fogos Rabo de Peixe, 33 fogos Matriz e 30 fogos Ribeirinha).

2.2.2 - RENDIMENTOS





De seguida passamos para a análise dos rendimentos de 2022 e a sua evolução face ao ano anterior.

Rendimentos	2022	2021	Varição 2022/2021
Impostos, contribuições e taxas	5 015 702,01	4 539 300,13	10,50%
Impostos diretos	3 147 205,84	3 093 612,70	1,73%
Derrama	246 246,72	199 278,48	23,57%
IMI	2 343 804,86	2 378 935,62	-1,48%
IUC	557 154,26	515 398,60	8,10%
Impostos indiretos	1 830 990,50	1 412 331,66	29,64%
Loteamentos e obras	106 325,00	124 470,90	-14,58%
Ocupação da via publica	45 944,20	18 862,98	143,57%
Publicidade	32 508,00	7 584,80	328,59%
TMDP	11 708,87	11 498,87	1,83%
TDFTH	1 362,00	1 255,50	8,48%
IMT	1 631 156,50	1 237 767,43	31,78%
Outros	1 985,93	10 891,18	-81,77%
Taxas, multas e outras penalidades	37 505,67	33 355,77	12,44%
Multas e outras penalidades	37 505,67	33 355,77	12,44%
Vendas	2 434 280,32	2 437 251,83	-0,12%
Prestações de serviços e concessões	1 853 205,10	1 688 964,58	9,72%
Transferências e Subsídios obtidos	12 132 511,20	11 307 695,32	7,29%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	21 582,39	0,00	100,00%
Trabalhos para a própria entidade	56 186,34	150 344,66	-62,63%
Outros Rendimentos	2 714 364,46	2 326 160,93	16,69%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	11 132,31	15 900,40	-29,99%
Total dos Rendimentos	24 238 964,13	22 465 617,85	7,89%

Efetuando uma análise aos rendimentos de 2022, podemos concluir que houve um aumento de 1 773 346,28 euros face a 2021.

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos (62,75%), indiretos (36,50%) e taxas, multas e outras penalidades (0,75%).

O aumento dos impostos diretos em 2022 foi de 1,73% e resulta do aumento da derrama (+47 mil euros), e do imposto único de circulação (+41 mil euros).

Os impostos indiretos registaram um aumento de 29,64%, correspondente essencialmente ao aumento da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imoveis (+393 mil euros).

A vendas tiveram uma diminuição de 0,12%.

As transferências e subsídios obtidos, totalizam 12,1 milhões de euros, tendo registado um aumento de 7,29%, que resulta do aumento das transferências do Estado.

2.3 – INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias





e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2022	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	87,96%	86,66%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	7,30	6,50
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	2,79	2,53
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	2,50	2,29
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	1,71	1,89
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	2,13%	1,61%

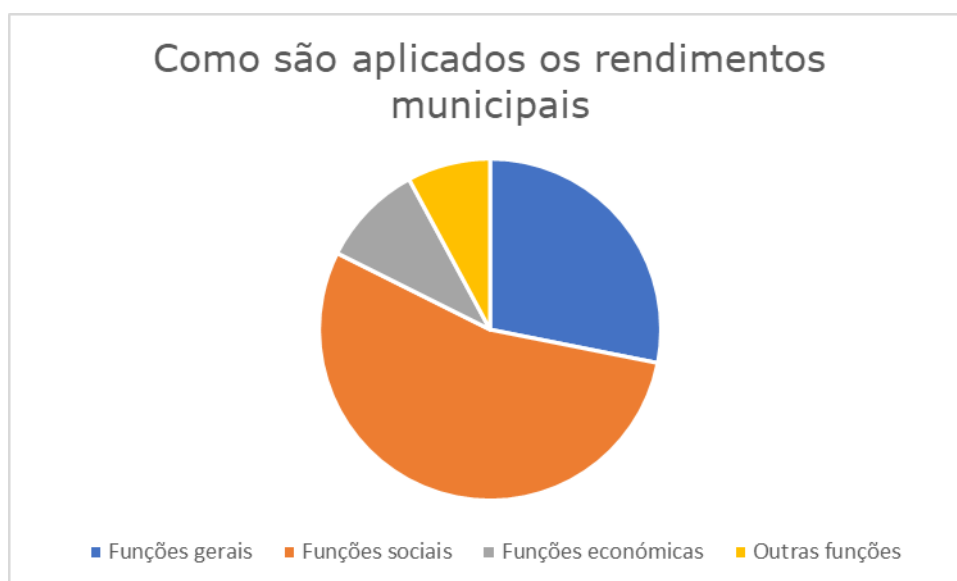




3 – CONTABILIDADE DE GESTÃO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP – instituído pelo Decreto-Lei nº 192/15, de 11 de setembro, ao compreender o subsistema da Contabilidade de Gestão, impôs a obrigatoriedade da sua aplicação a todas as entidades públicas abrangidas, assim como evidencia a sua importância como sistema de informação de apoio à tomada de decisão.

A NCP 27 - Contabilidade de Gestão, definindo requisitos gerais para a sua apresentação, introduziu novos conceitos e modernização de procedimentos, constituindo assim uma ferramenta para a construção de um sistema de informação que, no caso das autarquias locais, permite uma melhor avaliação da performance financeira.



3.1 – ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

No exercício de 2022, dando cumprimento ao Decreto-Lei nº 192/15, de 11 de setembro, utilizou-se o sistema de contabilidade de custos, que permitiu o apuramento dos custos do Município por Funções, Bens e Serviços. Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis. Os custos começaram por ser imputados às Funções, os custos indiretos foram repartidos por todas as funções em função do coeficiente (1), os não incorporáveis não foram considerados para efeitos de imputação e finalmente os diretos foram imputados às respetivas funções. Cada uma das funções agrega diversos Bens e Serviços aos quais foram imputados os custos diretos. Custos estes que, de forma direta ou indireta, de acordo com o coeficiente (2), foram imputados aos Bens e Serviços da sua Função.

Coeficiente (1) = $\frac{\text{Somatório Custos Diretos da Função}}{\text{Somatório Custos Diretos de todas as Funções}}$

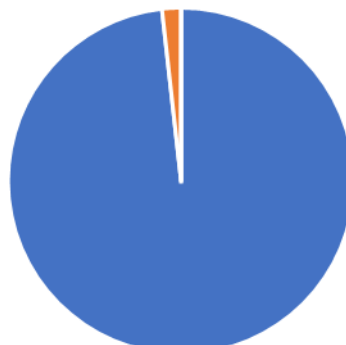
Coeficiente (2) = $\frac{\text{Somatório Custos Diretos do Bem ou Serviço}}{\text{Somatório Custos Diretos da Função}}$

Este ponto apresenta e analisa a distribuição dos custos do Município de Ribeira Grande por Funções.

Efetuada uma breve análise ao total de custos por função, verificamos que os custos diretos de Bens e/ou Serviços representam 98,2220% do total e que os custos indiretos relativos a Bens e/ou Serviços representam apenas 1,7778%, ficando 0,0002% para os custos indiretos, a distribuir pelas diferentes funções.



Custos por Funções



■ Custos Diretos a Bens e Serviços ■ Custos Indiretos a Bens e Serviços
■ Custos Indiretos a Funções

Função	Total de Custos	%
1 Funções gerais	5 536 210,68	29,41%
Função: 110 - Serviços gerais de administração pública	48,68	0,00%
Função: 111 - Administração geral	5 389 450,74	28,63%
Função: 121 - Protecção civil e luta contra incêndios	146 711,26	0,78%
2 Funções sociais	10 030 668,65	53,29%
Função: 211 - Ensino não superior	1 376 335,66	7,31%
Função: 221 - Serviços individuais de saúde	99,12	0,00%
Função: 232 - Acção social	301 792,19	1,60%
Função: 241 - Habitação	1 572 243,43	8,35%
Função: 242 - Ordenamento do território	130 927,61	0,70%
Função: 243 - Saneamento	855 174,98	4,54%
Função: 244 - Abastecimento de água	750 545,18	3,99%
Função: 245 - Resíduos sólidos	1 291 981,75	6,86%
Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	278 801,25	1,48%
Função: 251 - Cultura	1 457 974,13	7,75%
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	1 478 096,79	7,85%
Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas	536 696,56	2,85%
3 Funções económicas	1 803 889,76	9,58%
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	22 607,88	0,12%
Função: 320 - Indústria e energia	210 293,61	1,12%
Função: 331 - Transportes rodoviários	1 376 816,87	7,31%
Função: 340 - Comércio e turismo	9 165,26	0,05%
Função: 341 - Mercados e feiras	77 359,05	0,41%
Função: 342 - Turismo	39 862,74	0,21%
Função: 350 - Outras funções económicas	67 784,35	0,36%
4 Outras funções	1 453 792,10	7,72%
Função: 420 - Transferências entre administrações	1 092 211,69	5,80%
Função: 430 - Diversas não especificadas	361 580,41	1,92%
TOTAL	18 824 561,19	100,00%



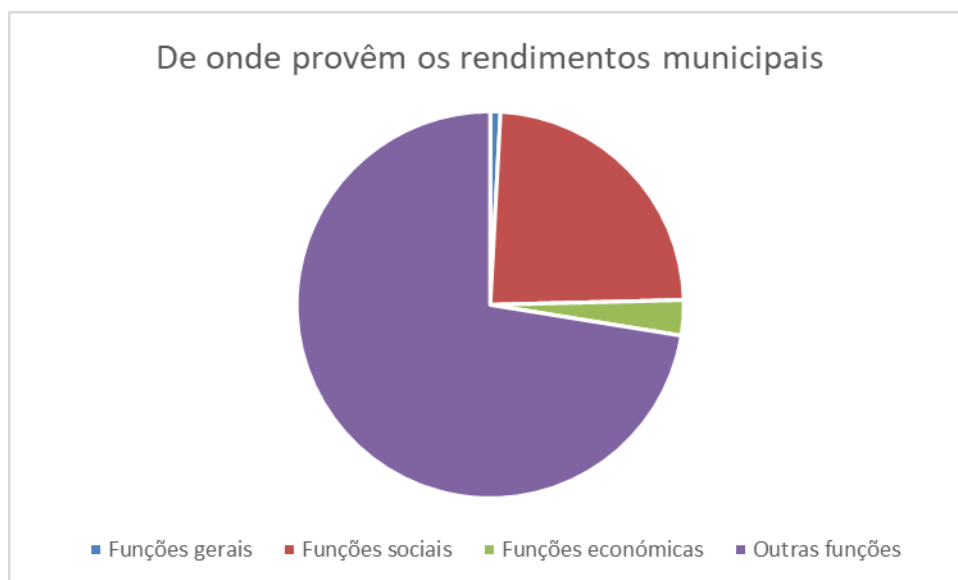
O quadro e gráfico anteriores apresentam a distribuição dos custos do Município por Funções.

A análise é feita de forma comparativa entre as várias Funções, por forma a apresentar a importância absoluta e comparativa de cada uma, na distribuição do total dos custos municipais. Para o ano de 2022, pela análise, conclui-se que as Funções Sociais representam 53,29% dos custos municipais, seguindo-se as Funções Gerais com 29,41%, as Funções Económicas com 9,58% e as Outras Funções com 7,72%.

Nas Funções Sociais do Município, o maior peso vai para os custos com a habitação social.

Verifica-se também que a Administração Geral (Custos de Estrutura) representam 28,63% dos custos municipais, seguindo-se os custos com o Desporto, Recreio e Lazer, Cultura, Ensino, Resíduos Sólidos e Transportes Rodoviários.

3.2 – ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR FUNÇÕES





Função	Rendimentos	%
1 Funções gerais	160 070,38	0,84%
Função: 110 - Serviços gerais de administração pública	0,00	0,00%
Função: 111 - Administração geral	160 070,38	0,84%
Função: 121 - Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	0,00%
2 Funções sociais	4 506 296,22	23,76%
Função: 211 - Ensino não superior	0,00	0,00%
Função: 221 - Serviços individuais de saúde	0,00	0,00%
Função: 232 - Acção social	25 482,36	0,13%
Função: 241 - Habitação	223 537,98	1,18%
Função: 242 - Ordenamento do território	0,00	0,00%
Função: 243 - Saneamento	166 655,78	0,88%
Função: 244 - Abastecimento de água	3 061 399,69	16,14%
Função: 245 - Resíduos sólidos	901 707,34	4,75%
Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	29 092,44	0,15%
Função: 251 - Cultura	22 376,08	0,12%
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	76 044,55	0,40%
Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00%
3 Funções económicas	558 538,70	2,94%
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00%
Função: 320 - Indústria e energia	0,00	0,00%
Função: 331 - Transportes rodoviários	22 044,59	0,12%
Função: 340 - Comércio e turismo	0,00	0,00%
Função: 341 - Mercados e feiras	16 136,30	0,09%
Função: 342 - Turismo	3 035,16	0,02%
Função: 350 - Outras funções económicas	517 322,65	2,73%
4 Outras funções	13 741 292,58	72,45%
Função: 420 - Transferências entre administrações	0,00	0,00%
Função: 430 - Diversas não especificadas	13 741 292,58	72,45%
TOTAL	18 966 197,88	100,00%

O quadro e gráfico anteriores apresentam a distribuição dos rendimentos do Município por Funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias Funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa de cada uma na distribuição do total dos rendimentos municipais. Para o ano de 2022, pela análise, conclui-se que as Outras Funções representam 72,45% dos rendimentos municipais gerados, seguindo-se as Funções Sociais com 23,76%, as Funções Económicas com 2,94% e as Funções Gerais com 0,84%. Verifica-se também que a Função Diversas não especificadas representa 72,45% dos rendimentos municipais, provenientes de Impostos, Taxas e Fundos do Estado, seguindo-se os rendimentos de Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos, Outras Funções económicas, Habitação, Saneamento, e Administração Geral. Nas Funções sociais, o maior peso vai para o Abastecimento de Água. Nas Funções Económicas do Município, o maior peso vai para as Outras Funções económicas provenientes das rendas dos terrenos dos lotes do Parque Industrial, NSR - North Shore Resorts, Lda, Antena da Vodafone, e das rendas da concessão do espaço público pagas pela EDA.

Os mapas da contabilidade de gestão constam nos anexos "32_ Contabilidade de Custos Balancete de Bens", "33_ Contabilidade de Custos Balancete de Serviços", "34_ Contabilidade de Custos Balancete de Funções", "35_ Contabilidade de Custos Calculo Custo Hora MOD", "36_ Contabilidade de Custos Calculo Custo Hora Maquina".





4 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na sequência de informação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local enviou a seguinte comunicação a 17 de junho de 2021:

"O SNC-AP revogou o POCAL, exceto os pontos referentes às regras previsionais, ao controlo interno e às modificações orçamentais. O ponto 2.7.3 do POCAL, que define regras sobre a aplicação de resultados, foi, portanto, revogado e o SNC-AP não contém qualquer norma em sua substituição. No entendimento da CNC, com o qual concordamos, "o SNC-AP não define regras para a aplicação dos resultados, pelo que a eventual aplicação dos resultados líquidos do período em reservas legais ou outras deverá estar enquadrada em dispositivo legal diretamente aplicável à entidade", o que até à data não surgiu.

Refere ainda a CNC que "Neste sentido, não havendo norma habilitante para a constituição de reservas não deverão as mesmas ser constituídas, permanecendo em resultados transitados".

Tal não impede que o órgão executivo do município decida uma aplicação diferente de resultados, nomeadamente, reforçando reservas ou a conta Património, não estando esta decisão sujeita à aprovação da assembleia municipal, que apenas tomará conhecimento do assunto quando apreciar as contas da autarquia."

Assim, o executivo camarário propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 3 319 710,93 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados: 3 319 710,93 euros.

5 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Face ao contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e às consequências internacionais dela decorrentes, o Município de Ribeira Grande não consegue estimar os impactos destes fenómenos e a atuação que deverá assumir para responder aos mesmos durante o exercício de 2023.

Ribeira Grande, 20 de março de 2023

O Presidente da Câmara

Alexandre Branco Gaudêncio

